

**DESENVOLVIMENTO MORAL E EDUCAÇÃO: REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E JULGAMENTOS MORAIS DE ALUNOS (AS) DO ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO DE ESCOLAS PARTICULARES E PÚBLICA EM
SITUAÇÕES ESCOLARES COTIDIANAS**

**MORAL DEVELOPMENT AND EDUCATION: SOCIAL REPRESENTATIONS
AND MORAL JUDGMENTS OF STUDENTS (AS) OF FUNDAMENTAL AND
MEDIUM EDUCATION OF PRIVATE SCHOOLS AND PUBLIC IN DAILY
SCHOOL SITUATIONS**

Josefa da Conceição Silva, Oscar Conceição de Sousa
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.
jose_fada@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa que teve por objetivo investigar as representações sociais e julgamentos morais que alunos e alunas de escolas particulares e públicas, fazem em situações escolares cotidianas de diferentes séries, verificando nestas cognições, a possível influência de diferentes pertinências grupais, quais sejam: idade, sexo e o tipo de escola (particular ou pública), bem como os princípios morais que ancoram tais representações. Como procedimento de coleta de dados foram realizadas observações, nas diferentes disciplinas que compõem a grade curricular das salas de 5a. série do Ensino Fundamental e 1a. série do Ensino Médio, de escolas particulares e públicas do município de Caicó/RN, no período diurno nas escolas particulares e nos períodos vespertino e noturno na escola pública. Para análise teórica são utilizadas as abordagens da Psicologia do Desenvolvimento Moral de Piaget e Kohlberg e Gilligan e da Teoria das Representações Sociais criada por Moscovici. Como resultados preliminares, aponta-se para a necessidade do questionamento e da reflexão sobre o fazer pedagógico e os processos educativos, as relações interpessoais, as expectativas em relação ao conhecimento, à escola, e as funções e papéis que cada um ocupa no dia-a-dia escolar, enquanto exercícios essenciais na criação de um espaço de construção de conhecimento que seja produtivo, rico e estimulante.

Palavras-chave: Desenvolvimento Moral, Injustiça, Representações Sociais.

ABSTRACT

This paper presents the results of a study that aimed to investigate the social representations and moral judgments that male and female students from private and public schools, they do in everyday school situations of different series, checking these cognitions, the possible influence of different pertinence group, these are: age, gender and type of school (private or public), as well as the moral principles that anchor such representations. As data collection procedure observations were made in the different disciplines that make up the curriculum of rooms fifth. grade of elementary school and first. series of secondary education, private and public schools of the city of Caico / RN, during the day in private schools and afternoon and evening periods in public schools. The theoretical analysis is based on the approach of the Psychology of Moral Development of Piaget and Kohlberg and Gilligan and the Theory of Social Representations created by Moscovici. As preliminary results, pointing to the need of questioning and reflection on the pedagogical and educational processes, interpersonal relationships, expectations regarding knowledge, the school, and the functions and roles that each occupies in day the school day, while essential exercises in an area of knowledge construction that is productive, rich and stimulating.

Keywords: Moral Development, Injustice, Social Representations.

Introdução

As definições de justiça/injustiça podem ser inúmeras, assim como as formas de estudá-las na Psicologia.

No campo da Psicologia do Desenvolvimento, Piaget (1932/1977) foi quem primeiro investigou o modo como crianças desenvolvem concepções de justiça e injustiça. Em seus estudos foram encontrados três grandes períodos de evolução dessas concepções:

Justiça Heterônoma

De 7 a 8 anos de idade, aproximadamente, a justiça subordina-se à autoridade adulta; justo portanto, é o que está de acordo com as ordens impostas pela autoridade dos adultos e assim toda sanção é tida como legítima, necessária e constituindo mesmo o princípio da moralidade; o que prevalece é o respeito unilateral sobre respeito mútuo.

Igualitarismo Progressivo

De 8 a 9 anos de idade aproximadamente, há o desenvolvimento progressivo da autonomia e primazia da igualdade sobre a autoridade e as únicas sanções consideradas realmente como legítimas são as decorrentes da reciprocidade. Há o progressivo decréscimo da crença na justiça imanente e o ato moral é procurado por si só, independente da sanção.

Justiça Autônoma

Acima dos 12 anos de idade a justiça igualitária é temperada por preocupações de equidade, isto é, a criança não concebe mais os direitos iguais senão relativamente à situação de cada indivíduo.

Em relação à questão sobre o que é algo injusto Piaget obteve quatro diferentes tipos de respostas:

a) Injustas como condutas opostas ao que o adulto ordena, como por exemplo: mentir, roubar, etc, e estas respostas foram comuns em crianças menores de sete anos de idade, em média;

b) Injusto como contrário do que é estabelecido nas regras do jogo, como, por exemplo, trapacear;

c) Injusto como sendo condutas contrárias à igualdade, tanto nas sanções quanto nos tratamentos. Essas duas respostas são típicas em crianças acima dos oito anos de idade em média;

d) Injusto referente às injustiças relativas à sociedade adulta, de ordem social, econômica, política e esta resposta foi comum em adolescentes.

Assim, de acordo com Piaget podem ser encontrados quatro tipos de justiça/injustiça derivados das respostas de crianças e adolescentes:

a) **Injustiça Legal:** atitudes consideradas ilegais perante a lei, por exemplo: matar, roubar, abortar, estuprar, etc.;

b) **Injustiça Retributiva:** injustiça como a atribuição de castigo de forma desproporcional ao ato cometido, por exemplo: punir um inocente ou não castigar um culpado;

c) **Injustiça Distributiva:** injustiça como forma de tratamento desigual de acordo com a pertinência econômica, política, religiosa, cultural, etc., por exemplo: tratamento desigual entre pobres e ricos, entre brancos e negros;

d) **Injustiça Social:** injustiça como um atentado ao bem-estar da sociedade por meios políticos, culturais, morais, sociais, econômicos, como por exemplo: fome, miséria, guerra.

Ainda na Psicologia do Desenvolvimento, Kohlberg (1997) foi outro estudioso sobre a questão da justiça/injustiça. Baseando-se em Piaget, Kohlberg aprofunda teórica e metodologicamente os estudos sobre justiça. Utilizando dilemas hipotéticos em crianças, adolescentes e adultos, Kohlberg descobriu três níveis de julgamento moral: pré-convencional, convencional e pós-convencional. De acordo com este autor a seqüência desses estágios é invariante e cada estágio é hierarquicamente superior ao anterior em função do raciocínio empregado e, deste modo, para se entender os estágios é preciso compreender as relações que são estabelecidas entre o eu e o outro.

Neste sentido, no **nível I: pré-convencional:** (crianças menores de 9 anos de idade): há o predomínio do realismo moral ingênuo: o valor moral é inerente aos acontecimentos externos, isto é, as normas e expectativas sociais são externas ao sujeito, portanto, pouco consideradas.

No **nível II: convencional:** (adolescentes): predomina a conformidade com a manutenção das normas sociais e identificação com autoridades que personificam tais

normas; no **nível III: pós-convencional:** (minoria de adultos): há relatividade das normas em função de seus princípios norteadores. Diferenciação do eu e das normas e expectativas sociais.

Como a autora mais recente no campo da Psicologia do Desenvolvimento Gilligan (1983), destaca que , normas, valores e expectativas sociais e escolares podem ser interpretados e vivenciados diferentemente por meninos e meninas, diferentes formas de olhar se estabelecem e se movem a partir de diferentes lógicas e diferentes posições; o que marca de forma diferente os julgamentos morais de injustiças que podem ocorrer na escola, na sala de aula, na medida em que suas morais estariam sendo balizadas por diferentes princípios e não apenas pela moral-padrão masculina como previa Kohlberg. Desse modo, evidencia que os estágios propostos por Kohlberg foram construídos a partir de uma perspectiva masculina tomada como norma.

Tal afirmação é balizada a partir de estudo realizado com mulheres, de diferentes idades, classes sociais e em diferentes momentos da vida, que existe, além da moral masculina, uma moral feminina. Estas duas morais variam ou diferem-se em função da forma como foram historicamente construídas.

A partir desse estudo, a autora identificou que a moral feminina é construída a partir de três níveis ou estágios:

No **primeiro estágio**, o foco estaria centrado no cuidado de si mesma, na necessidade de assegurar a própria sobrevivência. Este foco é seguido de uma fase transitória na qual este julgamento é criticado como egoísta. Tal crítica marca uma nova compreensão da relação eu e outro;

No **segundo estágio**, destaca-se o predomínio da noção de responsabilidade aliada à moralidade maternal, isto é, o cuidado deve incluir o eu e o outro. Isto é, na medida que o eu deve assumir as responsabilidades pelo outro, este também se considera na tomada de decisões e na manutenção das relações;

O **terceiro e último estágio**, caracteriza-se por uma nova compreensão da interrelação eu e outro e a moral que norteia a tomada de decisões é a moral do cuidado. O cuidado que o eu deve ter pelo outro prevalece e o cuidar implica em não prejudicar o outro em função das necessidades pessoais e da manutenção das relações interpessoais.

Partindo dessas premissas, pode-se dizer que a escola, enquanto espaço culturalmente múltiplo que abrange elementos sociais e organizacionais de questões

multifacetadas, traz a incumbência dos questionamentos acerca das representações de alunos e professores sobre as formas de gestão, funcionamento e direcionamento escolar.

Nesse sentido, a percepção complexa de injustiça na escola e os julgamentos de situações injustas podem se construir na forma de Representações Sociais, isto é, conhecimentos do senso comum elaborados coletivamente para a interpretação de objetos sociais.

Construída por Moscovici (1978), a teoria das representações sociais tem a função de tornar familiar o que é estranho. Assumem o papel de tomada de decisão que “(...) regulam os sistemas cognitivos e as dinâmicas individuais e sociais nos quais as modalidades de expressão atualizam os contextos e as relações de forma organizacional” (CARBONE & MENIN, 2004, p.257).

Enquanto “teorias do senso comum”, as representações sociais fazem emergir a identidade de um determinado grupo em decorrência do grau de adesão ou não aos tipos de opiniões e são ancoradas coletivamente apesar das diferenças individuais. Neste sentido, questões de ordens cultural, social, econômica, política, religiosa são fortes fontes de influência nas representações sociais e nos julgamentos morais dos indivíduos.

Em pesquisa atual pretendeu-se investigar as representações sociais de meninos e meninas de 6º ano do ensino fundamental de nove anos e 1ª. série do ensino médio de escolas particulares e públicas do município de Caicó/RN, fazem em situações escolares. Como principais questões deste estudo aponta-se: “Como a escola e seus agentes resolvem situações de conflito ou de injustiça na relação professor(a)- aluno(a) e entre alunos(as) em sala de aula? Os julgamentos morais e as representações sociais são diferentes para meninos e meninas? Quais os tipos e conteúdos de injustiças na escola são mais representadas pelos(as) alunos(as)?

Como resultados preliminares decorrentes da observação em diferentes aulas da grade curricular dos alunos de 6º ano do ensino fundamental e 1ª. série do ensino médio de escolas particulares e pública, pode-se afirmar que queixas de injustiças são freqüentes entre meninos e meninas das diferentes séries. Na escola particular na 6º ano as queixas identificadas foram, em primeiro lugar, do tipo distributiva e, em menor proporção, queixas do tipo retributiva. Na escola pública foram comuns queixas do tipo distributiva. Na escola particular, na 1ª. série do ensino médio foram freqüentes queixas

do tipo distributivo, e, em menor proporção, queixas do tipo retributiva. Na escola pública, nesta série, não foram identificadas queixas de injustiças que se enquadrassem nas categorias de injustiças propostas por Piaget.

Outras reclamações ocorreram nas diferentes salas observadas, referentes à insatisfação dos(as) alunos(as) para com as atitudes pedagógicas instituídas e descontentamento nas relações interpessoais estabelecidas.

Diante de tudo isso, reconhecendo que a relação pedagógica é um microcosmos complexo, dinâmico, aponta-se para a necessidade do questionamento e da reflexão sobre o fazer pedagógico e os processos educativos, as relações interpessoais, as expectativas em relação ao conhecimento, à escola, e as funções e papéis que cada um ocupa no dia-a-dia escolar, enquanto exercícios essenciais na criação de um espaço de construção de conhecimento que seja produtivo, rico e estimulante.

As observações foram realizadas nas escolas particulares no período matutino e na escola pública nos períodos vespertino e noturno. A escola pública foi escolhida a partir das características de exclusão social que lhe são aparentes.

É preciso evidenciar que consideramos como “queixas de injustiças” aquelas queixas dos alunos que se incluíam nos diferentes tipos de injustiças apontados por Piaget, quais sejam, injustiça legal, retributiva, distributiva e social. Verificou-se que queixas espontâneas de injustiças que ocorrem no interior da escola são freqüentes tanto por meninos quanto por meninas.

Considerando como “queixas de injustiças” aquelas queixas dos alunos que se incluíam nos diferentes tipos de injustiças apontados por Piaget, conforme anunciado anteriormente, verificamos que na escola particular no 6º ano as queixas identificadas foram, em primeiro lugar, do tipo distributiva e, em menor proporção, queixas do tipo retributiva. Na escola pública foram comuns queixas do tipo distributiva. Na escola particular, na 1ª. série do ensino médio foram freqüentes queixas do tipo distributivo, e, em menor proporção, queixas do tipo retributiva. Na escola pública, nesta série, não foram identificadas queixas de injustiças que se enquadrassem nas categorias de injustiças propostas por Piaget. Verificamos, também, nas diferentes escolas, que, outras reclamações ocorreram nas diferentes salas observadas e estas se referiram à insatisfação dos(as) alunos(as) para com as atitudes pedagógicas instituídas e descontentamento nas relações interpessoais estabelecidas.

Pensar a escola como um espaço justo, democrático, pedagógica e moralmente falando, implica em considerar o aluno em suas diferentes dimensões: política, afetiva, educacional, social, enfim em seu sentido pleno. É pertinente pensar a escola tal como uma “comunidade justa”, como propunha Kohlberg (1997), isto é, como uma escola em que situações conflituosas, dificuldades nas relações interpessoais e situações injustas são refletidas por meio da proposição de revisão das normas.

Referências

CARBONE & MENIN, Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 251-270, maio/agosto, 2004.

GILLIGAN, C. *Uma voz diferente. Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1983.

KOHLBERG, L; POWER, F.C. HIGGINS, *La educacion moral segun Laurence Kohlberg*. Barcelona, Editorial Gedisa, 1997.

MENIN, M.S.S. *Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes*. (Tese Livre-Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 2000.

MOSCOVICI, S. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.

PIAGET, J. *O julgamento moral da criança*. São Paulo, Mestre Jou, 1977.